

Pesquisadora analisa Programa Bolsa-Escola

Fotos: Francisco Stuckert

Alguns alunos selecionados faltavam às aulas por desinteresse

Conscientizar as famílias da importância do estudo é a meta

A Epistemologia Implícita no Programa Bolsa-Escola no Distrito Federal foi o tema da palestra apresentada ontem pela professora de psicogenética Maria Therezinha de Lima Monteiro, do setor de pós-graduação da Universidade Católica de Brasília (UCB). O assunto fez parte da programação da II Jornada de Produção Científica das Universidades Católicas do Centro-Oeste, que começou segunda-feira e termina hoje.

A pesquisa da professora foi feita em 1996 — apenas um ano depois da implantação do Bolsa-Escola —, mas serviu de base para chegar a algumas conclusões sobre o programa. A questão da auto-estima das famílias beneficiadas, por exemplo, é tema que a pesquisadora acredita ser objeto de pesquisas futuras, pois o programa, na sua avaliação, ainda está muito recente para qualquer conclusão desta natureza.

De acordo com os dados da pesquisa, nem todos os alunos que foram selecionados para o recebimento da bolsa-escola estavam, necessariamente, na rua. Contudo, faltavam às aulas por desinteresse e porque, na família, não havia cobrança para que fossem à escola. "Ficavam brincando, tomando conta dos irmãos mais novos, caracterizando a pouca valorização do estudo por estas famílias", assinala Therezinha.

Rendimento

Com base nesta constatação, a pesquisadora acredita que o controle do rendimento escolar do aluno bolsista merece ser redefinido. Para Maria



THEREZINHA: estratégias de avaliação devem ser revistas

Therezinha, a estratégia usada na avaliação dos alunos das séries iniciais da rede oficial de ensino, adotada em dezembro de 1995 e no mesmo mês no ano seguinte, tem de ser revista, porque aprovou todos os alunos, independentemente do desempenho tido durante o ano letivo. Para o atendimento de alunos nesse caso foi criado, como alternativa, o Projeto Reintegração.

"Não se pode falar em melhoria de rendimento na ausência de avaliação, ficando sem definição os critérios adotados na distribuição dos salários relativos à poupança-escola neste período", comenta. Outro aspecto salientado pelo estudo é a situação em que fica o aluno reprovado, mas que nunca faltou às aulas e continua a receber a bolsa-escola. Em contrapartida, o aluno que foi aprovado e ultrapassou o limite de faltas poderia ter, pelos critérios adotados no programa, a perda do auxílio.

Segundo passo

"Como o objetivo principal do programa é levar a criança para a escola, um segundo passo poderá ser o controle do rendimento escolar e a conscientização das famílias sobre o valor do estudo e do trabalho, em função da melhoria da qualidade de vida, incentivando e controlando os responsáveis na procura de trabalho e conside-

rando não apenas o nível educacional dos mesmos, mas também as condições econômicas marcadas pelo desemprego, não apenas no Distrito Federal, mas em todo o País", sentenciou.

A pesquisa científica sugere que os critérios para o ingresso e permanência das famílias no programa sejam revistos, adotando um acompanhamento e avaliação mais rigorosos por parte dos órgãos envolvidos. E isso não apenas na frequência às aulas, mas também no rendimento escolar de modo mais imediato e na assistência social às famílias.

"Talvez um segundo estágio do Bolsa-Escola, que está atendendo os extremamente necessitados, possa voltar sua atenção para os procedimentos dentro da sala de aula e processos de avaliação, bem como desenvolver melhores condições de assistência educacional às famílias, em termos de valorização do estudo e do trabalho".

Mas, no geral, a pesquisadora da UCB teceu uma série de elogios ao programa Bolsa-Escola, dizendo que foi o início de uma revolução no setor educacional. "Trata-se de um programa fantástico e que foi o ponto de partida para solucionar um dos problemas mais graves do País: a educação, que sempre vem sendo tratada com descaso pelos nossos governantes", avaliou.

RICARDO CINTRA

Repórter do Jornal de Brasília